

ECONOMIA SOLIDÁRIA E TERRITORIALIZAÇÃO: ELEMENTOS CONCEITUAIS DE UM *OUTRO* DESENVOLVIMENTO¹

*Isaac Fonseca Araújo*²

Resumo

Discute-se, neste texto, a noção de economia solidária articulada à territorialização: a primeira, com base em reflexões da lavra de Paul Singer (2000; 2002), Luis Gaiger (2003; 2004), José Hernández (2012) e Caçado *et al.* (2012), entre outros; a segunda, a partir de Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2006), Abramovay e Filho (2004) e Pierre Teisserenc (2010). Em ato contínuo, analisa-se em que medida essa pressuposta dialética se contrapõe ao modo de produção capitalista, portanto, na perspectiva de um *outro* desenvolvimento (Bocayuva, 2006; Singer, 2000; 2004), ainda que no plano do discurso. Argumenta-se, muito sumariamente, acerca do lugar e/ou da condição que a economia solidária tem ocupado no contexto brasileiro. Por fim, salienta-se que a economia solidária tem potencial orgânico para se constituir em um novo modo de produção (desde que ocorram reformulações no campo econômico tanto quanto nos aparelhos do Estado), contudo, sua trajetória tem sido marcada por limites que obstaculizam e/ou estrangulam sua consolidação.

Palavras-chave: Economia solidária. Territorialização. Desenvolvimento.

¹ As reflexões aqui apresentadas decorrem de uma pesquisa mais ampla, cuja centralidade foi dada à elaboração de uma dissertação de mestrado, em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (PPGSA/IFCH), da Universidade Federal do Pará (Ufpa). Por meio de tal pesquisa, busca-se entender a ação local de atores em processos de territorialização, numa geopolítica a qual se tem chamado de Amazônia Tocantina. A composição do resultado ora apresentado contou, decisivamente, com a oportunidade de, na disciplina Temas Avançados em Sociologia, ministrada pelo prof. Heribert Schmitz, ter trabalhado com as referências bibliográficas aqui examinadas.

² Licenciado Pleno em Letras (Uepa). Especialista em Letramento e Formação de Professores (Uepa) e em Gestão Pública e Sociedade (UFT). Mestrando em Ciências Sociais/Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Federal do Pará (Ufpa). Contato: isaac.educador@hotmail.com

Abstract

It is argued in this text, the notion articulated to the territorial solidarity economy: the first based on reflections of plowing Paul Singer (2000; 2002), Luis Gaiger (2003; 2004), José Hernández (2012) and Cançado *et al.* (2012), among others, the second from Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2006), Abramovay and Son (2004) and Pierre Teisserenc (2010). Immediately thereafter we analyze to what extent this dialectic presupposed opposes the capitalist mode of production, so the prospect of another development (Bocayuva, 2006; Singer, 2000; 2004), although the level of discourse. It is argued very briefly about the place and/or condition of the solidarity economy has occupied the Brazilian context. Finally, it should be noted that organic solidarity economy has the potential to constitute a new mode of production (from reformulations that occur in the economic field as well as in the apparatus of the state), however, his career has been marked by boundaries that hinder and/or consolidate their strangle.

Keywords: Solidarity Economy. Landing. Development.

INTRODUÇÃO

Há certa convergência no campo da produção acadêmica de que é a partir do associativismo e do cooperativismo que a economia solidária explica sua origem na realidade brasileira. Paul Singer (2000), por exemplo, já afirmava no início dos anos 2000 que a cooperativa de produção seria a unidade típica da economia solidária ou, quem sabe, a emergência de um novo modo de produção.

Nessa mesma década, entretanto, ampliou-se de forma substantiva o significado da economia solidária e novas categorias analíticas possibilitaram outras conceituações para a temática, quer seja no universo da pesquisa científica, quer no âmbito de suas representações enquanto experimentação social, assim como o seu “poliformismo institucional”, o que fortaleceu a noção de uma nova “forma social de produção” (Gaiger, 2003; 2004).

Tomando-se como referência o caso amazônico, como um cenário que bem representa o contexto brasileiro, esse argumento se justifica, especialmente depois da primeira metade da década de 1980, quando se tem registros da construção de atividades de base comunitária – em diversas partes dessa região – na forma operacional de revendão, cantinão e caixa agrícola, entre

outras, como uma retomada das organizações econômicas coletivas, à época, empreendidas para satisfazer necessidades de consumo (Araújo, 2012; Souza, 2011; Araújo & Souza, 2012).

Um movimento, cumpre acrescentar, originado no mundo do trabalho rural, sobretudo vinculado ao desenvolvimento do extrativismo vegetal, da agricultura familiar e da pesca artesanal. Segundo Sousa (2000), o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo na Amazônia foi fortemente influenciado pela ação pastoral da Igreja Católica e de diversos movimentos sociais.

Infere-se, a partir desses elementos, que a vivência de práticas socialmente reconhecidas como de economia solidária tem favorecido a produção de territórios nos quais realidades urbanas e rurais ora se tornam dicotômicas, outras vezes se integram. Mas territorialidades são promovidas e, a partir delas, novas institucionalidades surgem.

Ainda assim, pode-se dizer que as atividades de organizações sociais e econômicas chamadas de solidárias têm potencial para influenciar positivamente nos rumos do desenvolvimento dos territórios nos quais estão inseridas? Em suma, que relação conceitual pode ser estabelecida entre economia solidária e um projeto estratégico de desenvolvimento desencadeado por processos de territorialização?

Eis, pois, a linha argumentativa deste texto. O trabalho está estruturado em três seções (além desta introdução e das considerações finais): na primeira discute-se o conceito de economia solidária, com ênfase na sua evolução; posteriormente interpreta-se a noção de territorialização e, por fim, analisa-se a relação da economia solidária com uma possível estratégia de desenvolvimento territorial alternativo ao modo de produção capitalista.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM DEBATE

O que é economia solidária? Como ela pode ser materializada em suas dimensões ideológicas mais profundas? Quais seus efeitos e implicações para a vida socioproductiva de uma dada sociedade? Estas (e tantas outras) perguntas ainda demandarão muitos esforços científicos e empíricos, uma vez que as respostas até agora sistematizadas não abarcam, suficientemente, a densidade e complexidade do tema.

Para (o já citado) Paul Singer (2002, p. 114), a economia solidária “foi concebida para ser uma alternativa superior [ao capitalismo], por proporcionar às

peçoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc. uma *vida melhor*”.

Uma vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menos dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam (Singer, 2002, p. 114-115).

Em certo tom filosófico, essa afirmação não é suficiente para satisfazer um conjunto de inquietações. Afinal, o que é ser “superior ao capitalismo”? A qual “alternativa superior” o eminente professor se refere? Nessa mesma perspectiva de análise, Souza (2012, p. 64) questiona-se: é possível classificar a economia solidária como uma ação comunitária/associativista, uma atitude de filantropia e caridade? Ou seria oportuno depreendê-la enquanto estratégia e/ou forma diferente de fazer a economia e o desenvolvimento?

O mesmo autor é sugestivo em lembrar que, para alguns teóricos, a origem da economia solidária está vinculada aos princípios do socialismo utópico; outros a conceituam como um fenômeno novo, decorrente do processo de desestruturação do mundo do trabalho (p. 64). Em linhas gerais, essas reflexões convergem em assumir como referencial a crise da sociedade industrial e a identificação de experiências autogestionárias (Eid, 2003; 2012).

Essas categorizações, todavia, parecem limitadas, pois desconsideram elementos fundamentais do universo orgânico da solidariedade, passíveis de exemplificação nas práticas comunitárias presentes em sociedades não industriais. Além disso, é de proveito destacar que a economia solidária ultrapassa os limites do campo econômico, atravessando múltiplas vertentes do mundo da vida dos grupos que a vivenciam, considerando-se o conjunto de suas dimensões culturais, socioeconômicas e ambientais.

Via de regra, o conceito de economia solidária tem sido explicado como síntese da vivência de um conjunto de princípios e valores, em tese, operacionalizados de modo fragmentado ou na sua totalidade pelos chamados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Em estudo recente sobre o marco teórico da economia solidária na América Latina, Hernández (2012, p. 24) evidencia essa convergência conceitual. Para o autor,

la economía solidaria puede definirse como aquella forma de organizar la producción fundamentada en la autogestión cooperativa de la capacidad de trabajo individual

de los miembros de un grupo articulado por vínculos sociales y principios éticos de equidad, compromiso, reconocimiento y ayuda mutua (Hernández, 2012, p. 24).

Além de figurar como uma carta de princípios, conforme se depreende da citação, a noção de economia solidária é geralmente associada à gestação de “novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica”, de caráter alternativo (Gaiger, 2003, p. 181), evidenciando sua natureza de projeto. Para Luis Gaiger, tais experiências possuem a capacidade de produzir ruptura “nas relações de produção capitalistas”, representando “a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral” (p. 181). Entretanto, o mesmo autor admite que a economia solidária

não reproduz em seu interior as relações capitalistas, no melhor dos casos as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento. Iniciativas de grande interesse estão aparecendo, como as redes e clubes de troca, as cooperativas de crédito e outras, alternativamente à lógica mercantil do dinheiro e das trocas em geral, porém de modo ainda experimental, suplementar e subsidiário em muitos casos (Gaiger, 2003, p. 189).

Identifica-se, a partir dessas referências, que o aspecto da experimentação social, portanto, gerador de transitoriedades, é uma das principais características da economia solidária. De sorte, há um compartilhamento da ideia de que essa chamada *outra* economia expressa “um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito –, organizadas/realizadas solidariamente, de forma coletiva e autogestionária” (Brasil, 2007, p. 7), caracteristicamente “organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação e complexos cooperativos” (p. 7), entre outros. Práticas econômicas e sociais nas quais se evidenciam “a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática pelos membros, a utilização dos excedentes (sobras) e a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização” (Schiochet, 2012, p. 25).

Com base em pesquisas recentes no âmbito da realidade brasileira, Cançado *et al.* (2012) oferecem uma síntese didática enquanto tentativa de teorização capaz de explicar o fenômeno da economia solidária, a partir de três paradigmas das ciências sociais. De acordo com esses pesquisadores, a economia solidária tem sido concebida, nos últimos anos (do ponto de vista epistemológico), como um processo que transita entre os paradigmas do consenso, do conflito e interpretativo. Estes, por vezes, constituem modelos analíticos inspirados nas

matrizes marxista, durkheimiana e weberiana do pensamento sociológico. No quadro 1, a seguir, tem-se um esboço dessa teorização em processo.

Quadro 1 – Economia solidária a partir de três paradigmas das ciências sociais

| Modelos em transição | Descritores para interpretação e análise |
|--------------------------|---|
| Paradigma do consenso | <ul style="list-style-type: none"> • A cultura existe antes do indivíduo, por isso, o comportamento é culturalmente determinado, a partir da coerção que a sociedade exerce enquanto estrutura; • A origem e persistência da desigualdade estão assentadas na dominação dos privilegiados sobre os não privilegiados, sendo o conflito inerente a uma sociedade desigual; • Contudo, o conflito pode ser inibido pela coerção ou pelo processo de socialização. Nesse sentido, a economia solidária é colocada no campo do combate à pobreza, considerando que a natureza da realidade social é sempre objetiva. |
| Paradigma do conflito | <ul style="list-style-type: none"> • Acredita que a origem da vida social está na influência ou determinação de fatores externos ao indivíduo (estrutura). Desse modo, as relações entre grupos desigualmente privilegiados moldam o comportamento dos atores sociais; • Por isso mesmo a mudança da sociedade deve ser radical e de base, não podendo existir diálogo entre economia solidária e capitalismo. Em último nível, o bem comum deve superar a acumulação de capital. E, para tanto, a economia solidária deve ser realocada à prática socialista. |
| Paradigma interpretativo | <ul style="list-style-type: none"> • Entende que a essência da vida social é a habilidade que os seres humanos possuem de examinar o que acontece em sua volta e, então, escolher como agir, à luz dessa interpretação; • Isso posto, a economia solidária não reflete apenas novos horizontes econômicos, mas um processo educativo para a mudança cultural; • E, tal como na horizontalização do conhecimento não há donos de saberes ou de capitais intelectuais, também, a autogestão deve superar o egoísmo institucionalizante e se tornar um bem maior. |

Fonte: Cançado *et al.* (2012). Elaboração do autor.

A leitura do quadro anterior permite agrupar seus elementos explicativos em dois eixos: a) em relação aos paradigmas do consenso e do conflito, argumentam os autores que “a economia solidária é um viveiro de normas para o comércio social justo, coercitividade, e demanda vida coletiva sobre a vida individual, exterioridade” (Cançado, 2012, p. 237); b) sob a perspectiva do modelo interpretativo, a “prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas”. E essa “reeducação coletiva representa um desafio pedagógico” (Singer, 2005, *apud* Cançado, 2012, p. 254), daí a necessidade da autogestão tornar-se o sentido maior da existência dos grupos solidários.

Em certa medida, essa classificação teórica da economia solidária talvez explique o que parece ser sua configuração atual no cenário brasileiro, em termos de debate político e acadêmico. Neste caso, conclui-se, pelas evidências das grandes discussões nacionais e as linhas argumentativas das referências disponíveis, que a economia solidária flutua em meio a três correntes de pensamento, conforme sugere o quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Economia solidária: três correntes no Brasil

| Visões sobre a economia solidária | Linhas argumentativas |
|-----------------------------------|--|
| Instrumento de combate à pobreza | Uma interpretação da economia solidária predominante nas políticas governamentais: ferramenta para inclusão social (espécie de “economia para empobrecidos”). |
| Convivendo com o capitalismo | A economia solidária não é capaz de superar o modo de produção capitalista. Em vez disso deve, convivendo com esse sistema, aproveitar-se de suas “vantagens”. |
| Como superação do capitalismo | A corrente mais socialista da economia solidária. Argumenta que é preciso/possível substituir o capitalismo por outro modo de produção, outra economia (autogestão). |

Fonte: elaboração do autor

A partir de tais interpretações, considera-se oportuno refletir sobre a possibilidade de articulação entre o conceito de economia solidária e a ideia de um *outro* desenvolvimento, ainda que de forma muito breve e limitada. Antes disso, convém discutir que contexto abriga essa relação. Neste caso, parte-se da noção de territorialização, examinada na seção seguinte.

DO TERRITÓRIO À TERRITORIALIZAÇÃO: TERRITORIALIDADES EM MOVIMENTO

O debate sobre território tem ocupado diversos teóricos, figurando como uma categoria conceitual importante. Em Claude Raffestin (1993), o território constitui um espaço apropriado por diferentes atores que, movidos por interesses, inevitavelmente o territorializam, mediados por relações de poder. Os objetivos desses atores podem convergir ou conflitar com os interesses de outros sujeitos sociais na apropriação do espaço, produzindo jogos de poder entre atores para construção do território. Tendo-se em conta a diversidade de atores na conformação do espaço, é possível pensar em territórios múltiplos, tão densos quanto forem abrangentes as ações dos sujeitos que os delimitam, objetiva e subjetivamente.

Para Rogério Haesbaert (2006), o território explica-se, simultaneamente, a partir de realidades de dominação e apropriação. Nesse cenário, os atores criam identidades com seu espaço quando deles se apropriam. Ao produzirem identidades (individuais e coletivas), as atitudes dos atores alimentam a emergência de novos territórios, entendidos a partir de suas naturezas simbólica, cultural e política.

Ricardo Abramovay e Luiz Carlos Beduschi Filho (2004), por fim evocados, igualmente concebem a noção de território no plural, atentos para suas múltiplas configurações, em perspectiva dialética. Segundo esses autores,

territórios não são um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais (...). Em torno dos territórios existem certos modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva materializada numa certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns (Abramovay e Filho, 2004, p. 38, grifos na fonte e do autor).

Sob essa concepção convém sugerir que o território é resultado da produção sociocultural dos indivíduos e grupos que o constituem, e se confunde com a própria personalidade desses sujeitos. Mais do que espaço apropriado-dominado, o território torna-se condição de pertencimento para os atores sociais, incorporada em suas ações cotidianas, ao mesmo tempo que, pelas interações que experimentam, esses atores permanentemente reconfiguram seu território.

Percebe-se que a produção de territórios assim compreendidos evidencia processos de territorialização, enquanto dinâmicas que emergem de diferentes e diversos sujeitos, cujas ações transformam seus espaços em arenas nas quais esses atores se dispõem a jogar, em permanentes debates e negociações. Para Pierre Teisserenc (2010), essa territorialização pode ser entendida como um processo que

envolve atores, ações nas quais eles se engajam, relações múltiplas e cotidianas na forma de jogos de aliança ou de redes, práticas objetivas e subjetivas em referência a escalas espaciais diferentes. Por meio de suas relações, ações e prática, esses atores juntos desenvolvem formas de apropriação, materiais e simbólicas, do espaço que comportam dimensões econômicas, políticas e culturais. São dimensões que caracterizam sua territorialidade (Teisserenc, 2010, p. 163).

A noção de territorialização, nesse sentido, reclama um olhar para outra que lhe precede: a de territorialidade. Esta por sua vez pressupõe uma realida-

de em movimento. Diz respeito às relações sociais tecidas no fazer pactuado dos atores quando da produção material e simbólica de um dado território e, simultaneamente, por este influenciadas.

Ainda com base em Teisserenc (2010), a territorialidade configura-se a partir de três dimensões integradas: a) aquela relativa à representação do território, a que permite “a um indivíduo ou grupo controlar e influenciar as pessoas mais próximas”, desenvolvendo com tais sujeitos relações “de ordem, de poder e de comunicação ou troca”; b) a que “confere à territorialidade uma realidade de rede”, tornando-se fundamento “das mediações cognitivas e práticas que facilitam a realização das ações a partir da materialidade dos lugares”; e c) uma terceira definida como simbólica e subjetiva, “pois leva em conta o desenvolvimento do conjunto de atividades cotidianas ‘como o resultado e condição do processo de produção de cada território, cada lugar’” (Teisserenc, 2010, p. 162-163).

O conceito de territorialização abstraído enquanto uma tessitura que se expressa na territorialidade, ao denunciar arranjos de confluências e constrangimentos entre atores sociais no fazer territorial, impõe-se como uma realidade cultural contraditória ao desenvolvimento capitalista, porquanto se espera deste o fomento à desterritorialização. Há, pois, uma tensão permanente inerente à fluidez do território margeada, por um lado, pelos efeitos de fragmentação social oriundos da engenhosidade do capitalismo e, por outro, pelas reivindicações dos atores por uma territorialização à sua maneira.

Por essa lógica entende-se que, do ponto de vista de suas agendas programáticas, os atores sociais reclamam a construção de territórios capazes de incorporar suas identidades múltiplas e satisfazer a melhoria das condições de vida de suas comunidades. Aqui, pois, não está pressuposta uma matriz espacial homogênea, mas uma realidade social profundamente marcada por heterogeneidades, que se configura a partir de atitudes individuais e coletivas multifacetadas, de naturezas sociocultural, econômica e política.

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO COM ÊNFASE NA PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS

A relação da economia solidária com um projeto estratégico de desenvolvimento – alternativo ao paradigma capitalista –, em perspectiva teórica, tem sido defendida por vários pesquisadores brasileiros (Bocayuva, 2006; Eid, 2012;

Gaiger, 2003; Schiochet, 2012; Souza, 2012). Entre eles, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva (2006) argumenta que a economia solidária tem potencial orgânico capaz de fomentar a construção de uma sociedade para além do capital, assim como a defendeu Mészáros (2011).

A análise de Pedro Bocayuva parte das contradições do que ele mesmo considera dois padrões de desenvolvimento. Por um lado, o modelo clássico fracassado do trabalho assalariado, legítimo representante do sistema capitalista, altamente concentrador de riqueza para alguns e miséria para muitos, responsável pela divisão da sociedade entre patrões e proletariados. Em contraponto, sugere um alternativo sistema socioeconômico pautado no trabalho livremente associado, na autogestão e na sustentabilidade, cuja formatação seja suficiente para criar um novo modo de produção (Bocayuva, 2006, p. 17).

Desse modo, o autor concebe a economia solidária para além do estágio de uma resistência conjuntural à crise e/ou precarização do trabalho pelo fracasso do capitalismo, ainda que esse seja seu ponto de partida. Essa outra economia é aqui entendida como um dinamizador de desenvolvimento, dada a possibilidade que lhe é assegurada (por sua transversalidade) de articular diferentes sujeitos socioeconômicos na produção de territórios. Essa perspectiva ideológica impõe à economia solidária disputar com o modo de produção capitalista o domínio do processo de territorialização, uma vez que, segundo Bocayuva,

o capitalismo não prescinde da subjetividade do corpo e do saber; ao contrário, usa intensivamente isso. Então, aquilo que não aparece como conflito social (mulher, índio etc.) é conflito produtivo de geração de riqueza. Capitalismo também não se resume a uma drenagem de economia pela fábrica. Ele drena pela circulação, pelos serviços, pela produção imaginária e simbólica, pela economia do entretenimento e lazer, pela saúde, pela educação, pelas formas de subjetivação, pelos estilos e padrões de consumo (Bocayuva, 2006, p. 22).

Assumida de tal modo, a economia solidária é desenhada estrategicamente como uma matriz de desenvolvimento, geradora de novas institucionalidades, tendo em vista seu dinamismo em criar sinergias e interfaces socioprodutivas. Entretanto, a construção desse cenário exige a criação de fluxos entre as várias economias coexistentes em um dado território, sobretudo em função do caráter multifacetado que caracteriza este último. Nesse sentido, as várias expressões da economia popular, por exemplo, devem ser compreendidas como oportunidades relevantes para o fortalecimento da economia solidária, se trabalhada a evolução de tais expressões do estágio de *popular* para (também) *solidário*.

No plano do discurso, os pressupostos aqui esboçados informam o objetivo de experimentar outra economia e outra sociedade decorrentes de uma “criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (Singer, 2000, p. 13). Isso posto, torna-se necessário “produzir uma teoria da prática *atual* e real” (Gaiger, 2003, p. 184) das classes trabalhadoras, pela qual se possa interpretar adequadamente as práticas sociais e econômicas contemporâneas de trabalhadores urbanos e rurais livremente associados.

O exame, pois, de tais práticas, não deve mascarar as realidades contraditórias do mundo da vida. Isso porque todo debate sobre desenvolvimento, necessariamente, está inserido no campo das relações de poder (típicas das sociedades divididas em classes), o que sinaliza a existência de diferentes projetos historicamente em disputa. Esse cenário exige, em última instância, que a experimentação da economia solidária pelas organizações que lhe dão nome esteja sempre ancorada em um projeto político-ideológico de sociedade.

Assim, processos educativos assumem relevância significativa para afirmação da economia solidária. Mais do que isso, seu desenvolvimento está condicionado, segundo Paul Singer (2004), à implementação de uma educação ideológica, uma vez que

Ao contrário do capitalismo, que se confunde com a ‘normalidade’ e não requer a conscientização dos valores que lhe subjazem, a economia solidária só pode desenvolver suas potencialidades se os seus protagonistas o desejarem conscientemente. Por isso, atividades permanentes de difusão e educação ideológica são partes integrantes duma estratégia de desenvolvimento (Singer, 2004, p. 5).

No plano mais objetivo devem-se gestar empreendimentos associativos e/ou cooperativos integrados por atores de um determinado contexto territorial imbuídos do interesse de resolver desafios coletivos concretos condicionantes de seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, a produção de atividades socioeconômicas, assim como a oferta de serviços, assumem papel relevante, quando pensadas para dar conta de demandas reais manifestas por aqueles atores no seio de suas comunidades (Filho e Júnior, s/d, p. 3).

Assim, como resultado de tais arranjos, uma nova economia surgirá, cujas dinâmicas criarão no “território um circuito integrado de relações socioeconômicas envolvendo produtores e/ou prestadores de serviço em articulação com consumidores e/ou usuários de serviços” (p. 3), sob uma lógica de rede de colaboração socioproductiva (Mance, 2003).

PARA CONTINUAR O DEBATE

Nesta última seção, algumas notas sobre o lugar e/ou a condição que a economia solidária tem ocupado no contexto brasileiro, relativos ao seu processo de institucionalização, notadamente marcado por transitoriedades. Dito com outras palavras, quer-se argumentar, por um lado, sobre a economia solidária enquanto movimento, experimentação social e, por outro, como embrião de política pública, cenário imediatamente criado a partir da primeira conjuntura, conforme se identificou em Araújo (2012) e Araújo & Souza (2012).

Por oportunidade destes estudos registrou-se que, ao lado dos acúmulos construídos na trajetória da economia solidária, grandes desafios obstaculizam e/ou estrangulam sua consolidação enquanto estratégia e política de desenvolvimento. Por razões várias, entre elas as assinaladas nos parágrafos seguintes.

No âmbito de sua condição de experimento, embora as práticas de economia solidária permitam a construção de sociedades de pessoas (um contraponto à sociedade de capital) em diferentes campos profissionais, esses situados movimentos, a rigor, não expressam uma autônoma tomada de consciência pelos trabalhadores, e sim uma fuga às condições degradantes do capitalismo (Singer, 2002; Nascimento, 2011).

Por outro lado, sob uma perspectiva institucional, analisa-se que, no Brasil, a formação de governos ditos democráticos populares não tem se refletido em mudanças revolucionárias nas estruturas do Estado. O que significa que o capital continua *ditando as regras* tendo, portanto, poder político sobre o Estado. Há boas políticas e não falta planejamento, a questão é: para quem se tem planejado e dirigido as políticas? Parece que não tem sido para democratizar a política, a economia, o Estado. Isso se cristaliza à medida que líderes de organizações de trabalhadores assumem postos de governo, quando há uma crise de identidade, de projeto, além da natural fragilização dos arranjos sociais, em função do comprometimento de militantes e agentes com um ou outro projeto (Dagnino, 2011; Gennari, 2011).

Dessa maneira, aceitando-se que o Estado não está a serviço do conjunto da sociedade (antes, muito comprometido com o capital), mesmo governos de base popular têm dificuldades para implantar políticas públicas de economia solidária, arquitetadas para se contrapor ao metabolismo do capital (Mészáros, 2011), sendo a este uma alternativa viável. Os trabalhadores, quando se organizam, o fazem de modo segmentado (do ponto de vista macro), fragilizando seu poder de intervenção. E, se buscam intervir na agenda estatal, são fortemente barrados (Dagnino, 2011; Dias & Serafim, 2011).

Essas últimas abordagens, enfim, foram aqui delineadas para sugerir que o futuro da economia solidária ficará comprometido enquanto seus difusores o fizerem pelo caminho da experimentação casuística. Isto é, a possibilidade de consolidação da economia solidária, como uma nova forma social de produção, capaz de gerar desenvolvimento, sugere reformulações tanto no campo econômico, quanto nos aparelhos do Estado.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY Ricardo e FILHO, Luiz Carlos Beduschi. *Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais*. Belo Horizonte: Nova Economia, v. 14, n. 3, p. 35-70, setembro-dezembro de 2004.
- ARAÚJO, Isaac Fonseca & SOUZA, Armando Lírio de. Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Territorial: o caso de Igarapé-Miri, Território do Baixo Tocantins/Pará. *Novos Cadernos Naea*, Belém, v. 16, n.1, p. 43-67, jun. 2013.
- ARAÚJO, Isaac Fonseca. Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento local: de movimento à política pública – reflexões com base na trajetória de Igarapé-Miri/PA. In: LÓPES, José Daniel Gómez & BARBOSA, Maria José de Sousa. *Estrategias y acciones de Desarrollo Rural a través de Cooperativas y Emprendimientos Solidarios. Baixo Tocantins (Pará-Brasil)*. Espanha: OfiBook, 2012.
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca. A nova centralidade do trabalho e o precariado: a economia solidária frente ao processo de crise e reestruturação do capitalismo. In: *Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento*. MEDEIROS, Alzira, SCHWENGBER, Ângela, SCHIOCHET, Valmor (Orgs.). Recife: Ed. Universitária, Ufpe, 2006.
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies). Brasília, MTE/Senaes-FBES, 2007.
- CANÇADO, Airton Cardoso; OLIVEIRA, André de e PACÍFICO FILHO, Miguel. Economia solidária: uma representação científica por meio de três paradigmas das ciências sociais. In: BENINI, Édi et al. *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. 1ª ed. v. 2, São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- DAGNINO, Renato. Gestão Social e Gestão Pública: interfaces, delimitações e uma proposta. In: BENINI, Édi et al. *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas da Economia Solidária*. 1ª ed., v. 1, São Paulo: Outras Expressões, 2011.

- DIAS, Rafael & SERFIM, Milena P. Conceitos e ferramentas para a análise de Política Pública. In: BENINI, Édi et al. *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas da Economia Solidária*. 1ª ed., v. 1, São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- EID, F. *Descentralização do Estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?* CONGRESSO DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE AMÉRICA LATINA E CARIBE, 11. *Anais*. Osaka, Japão: Fiealc, 2003.
- _____. *Economia Solidária, Desenvolvimento Organizacional e Cooperativismo Rural*. In: LÓPES, José Daniel Gómez & BARBOSA, Maria José de Sousa. *Estrategias y acciones de Desarrollo Rural a través de Cooperativas y Emprendimientos Solidarios. Baixo Tocantins (Pará-Brasil)*. Espanha: OfiBook, 2012.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SANTANA Jr., G. *Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma contribuição para redefinição da noção de sustentabilidade a partir da análise de três casos na Bahia*. Disponível em: <http://www.dowbor.org./ar/07genautolocal.doc>. Acesso em: 28 jan. 2014.
- GAIGER, Luis Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*. Salvador: Ufba, n. 39, p. 181-211, 2003.
- _____. (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- HERNANDÉZ, José Luis Cividanes. Marco Teórico de la Economía Solidaria: conceptos y enfoques. In: LÓPES, José Daniel Gómez & BARBOSA, Maria José de Sousa. *Estrategias y acciones de Desarrollo Rural a través de Cooperativas y Emprendimientos Solidarios. Baixo Tocantins (Pará-Brasil)*. Espanha: OfiBook, 2012.
- MANCE, Euclides André (Org.). *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFIL, 2003.
- MÉSZÁROS, István (1930). *A crise estrutural do capital*. Tradução Francisco Raul Cornejo et al. 2ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011 (Coleção Mundo do Trabalho).
- NASCIMENTO, Cláudio. A autogestão e o novo cooperativismo. In: BENINI, Édi et al. *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas da Economia Solidária*. 1ª ed., v. 1, São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- SCHIOCHET, Valmor. Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil. In: BENINI Édi et al. *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. 1ª ed., v. 2. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André (Orgs.) *A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

- _____. *Introdução à Economia Solidária*. 1ª ed., 3ª reimp. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- _____. *Desenvolvimento: significado e estratégia – Texto para discussão*. Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília: MTE/Senaes, 2004.
- SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Modalidade do crédito, organizações coletivas e reprodução camponesa na história de Cametá*. 2000. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.
- SOUZA, Armando Lirio de. *Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA)*. 2011. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciência Econômica, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- _____. Política Pública de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial. *Boletim Mercado de Trabalho*. Ipea: Brasília, n. 52, p. 63-70, 2012.

